

Mudanças já permitiram superávit, diz Santana

por Claudia de Souza
de Nova York

"Seguramente, outros enxugamentos existirão. As primeiras mudanças feitas possibilitaram que o superávit que o governo deverá gerar este ano em suas contas não seja consumido por aumentos salariais do funcionalismo, a redução expressiva do número de pessoas empregadas no setor público sendo concomitante com o aumento de arrecadação obtido, mas o Estado não está pronto ou preparado."

Dessa forma, o secretário da Administração, João Santana, resumiu ontem a atual situação de sua reforma administrativa, respondendo a perguntas dos empresários presentes ao seminário "Business Opportunities with Economic Mo-



João Santana

dernization" em Nova York ontem.

Santana fez referência aos objetivos que o governo ainda pretende cumprir, até chegar a uma máquina burocrática da administração direta federal de não mais do que 350 mil funcio-

nários, treinada para atender cada vez mais ao público e cada vez menos a tarefas administrativas e burocráticas; o que se costuma chamar de concentração nas atividades fins e não nas atividades meios.

Tarefas como a de cortes de despesas nas empresas estatais e de economia mista foram anunciadas só recentemente e as empresas ainda esperam regulamentações específicas. "No setor elétrico, as modificações começaram a ser feitas apenas em setembro", disse ele aos empresários presentes ao seminário. "Outras estatais passam pelo crivo da comissão de privatização e, se não forem vendidas, serão extintas."

Entre as mudanças que ainda estão por ocorrer, Santana lembrou o efeito que terão no futuro as racionalizações que pretende tocar dentro da máquina burocrática federal. Para Santana, medidas, como a de determinar o aumento do número de vagas nas universidades e o corte de cargos e funções gratificadas, seriam exemplo do que pode ser feito no Brasil para redirecionar os funcionários para suas funções originais, num país em que cerca de 70% dos servidores, segundo dados do Banco Mundial (BIRD), não se ocupam diretamente dos usuários dos serviços públicos, resultando em carência de pessoal, não só nas escolas mas, também nos postos médicos e em hospitais.

Outra racionalização apontada pelo secretário, a do equipamento de informática e uso de sistemas de informação pela administração federal, deverá ser colocada em prática em breve, ele informou, para corrigir distorções como o fato de que a máquina dispõe de US\$ 700 milhões de equipamento utilizado não para atender o público mas nas chamadas atividades meios, burocráticas, em dispor de uniformização de critérios ou capacidade de comunicação entre os vários sistemas operados de modo independente.